

Natureza e dimensões da acção humana: Ética, Política e Religião

MANUEL DA COSTA FREITAS

No seguimento da filosofia da acção elaborada por E. Le Roy e, sobretudo, por M. Blondel, a acção designa a integridade da vida espiritual, ou seja, o pensamento, a vontade e a sua efectiva realização.

Neste sentido, pensamento e acção condicionam-se e implicam-se mutuamente de modo que não há acção sem pensamento nem pensamento sem acção. Na verdade, pensamento e acção exprimem instrumentos interdependentes e complementares de alguma coisa mais profunda a que chamamos dinamismo espiritual. A acção só vale pela ideia que a promove; a ideia só vale pela acção que se concretiza ou exprime. Daqui que a busca da verdade tenha de ser simultaneamente vivida e pensada. Sobretudo no domínio das verdades espirituais que só podem ser percebidas enquanto interiormente experienciadas, a inteligência não pode antecipar-se ou sobrepôr-se à acção. Inflexível numa orgulhosa independência, o pensamento é uma monstruosidade que acaba fatalmente por se devorar a si mesmo, enquanto parece chamado, por natureza, a introduzir no desenrolar da acção o superior dinamismo das ideias, a orientação transcendente de uma finalidade ou sentido.

A acção é constituída por tudo aquilo que envolve, de algum modo, o pensamento, precedendo-o e preparando-o, para logo, por ele iluminada e esclarecida, o seguir e ultrapassar. Partindo da acção, o pensamento regressa à acção. "Morta e simplesmente verbal, toda a ideia que não proceda de uma experiência real da vontade; morto e sobretudo fictício, todo o conhecimento que não termine na acção". (M. Blondel, *L'Action*, p. 295-296). Interior à acção, o pensamento procura penetrá-la pouco a pouco nos seus desígnios, procura igualmente a sua intencionalidade, para finalmente a orientar e dirigir. Na óptica de Blondel, agir equivale a procurar afinadamente o acordo do conhecer (gnoseologia), do querer (ética) e do ser

(ontologia). O jovem chinês que na praça de Tianamen procura deter com o seu corpo uma coluna de blindados simboliza o protesto do valor moral da pessoa contra a tirania do poder absoluto. O seu gesto torna-se exemplar para a consciência humana constantemente confrontada com as devastações das injustiças, do terrorismo, do medo, da guerra e da fome, que desprezam e aviltam a humanidade do homem. Em todas as situações e circunstâncias, a tarefa do moralista consiste em mostrar que o homem é chamado a praticar o bem e a dizer a verdade, a promover a justiça e a liberdade, a defender os pobres e humilhados e a compreender que só no risco das decisões livre e responsabilmente assumidas descobrirá a grandeza dos seus gestos.

Agir em política e na história é dar forma concreta a uma comunidade ideal de bem-estar, de harmonia e de paz, combatendo todos os assomos de violência e de tirania que tolhem a liberdade e degradam a pessoa. Obra de homens para homens, a política jamais poderá erigir-se em valor absoluto. O *homo sapiens*, seu construtor, é também o *homo faber*, e o *homo religiosus*. Perante os frequentes e gritantes atentados contra a pessoa humana a que diariamente assistimos, torna-se cada vez mais urgente e imperioso que as nossas sociedades abram espaço e tempo para os valores morais e religiosos que caldearam a velha Europa e fizeram a sua grandeza, constituindo-a modelo de povos e civilizações. Importa, portanto reexaminar o problema do enraizamento do pensamento humano na sua dupla dimensão ontológica e política - de Platão a Nietzsche, de Heidegger a Hannah Arendt, de modo a evidenciar a figura inicial do *nosso mundo* no qual, desde sempre evoluem e dialogam *Terra* e *Céu*, *Divinos* e *Humanos*. É esta comunidade, melhor, é esta comunhão que hoje mais que nunca importa preservar como a mais *natural* e *propícia* habitação dos homens durante a sua peregrinação terrestre. □

Khrestous Poiein e os fins da política em Aristóteles

CARLOS CARVALHO GOMES

O tema desta palestra versa um conhecido texto de Aristóteles (frg. 592 Rose, de Plutarco, Mor. 277c e 292B) única fonte acerca daquele que é considerado o mais antigo tratado (c.556-555 a.C.) registado entre duas cidades-estado gregas, Esparta e Tegea, situadas no Peloponeso. A principal cláusula do tratado visa a Messénia, região dominada por Esparta; é precisamente neste tópico que o texto refere a expressão "khrestous poiein". Uma tradução literal seria "fazer (os Messénios) bons", o que, contudo, não satisfaz o contexto político e social transmitido pelo texto. F. Jacoby (num artigo da *Classical Quarterly* 38(1944) pp. 15-16) defende a que a expressão deve implicar um valor político. Assim "khrestous poiein" significa "fazer (os Messénios) cidadãos". Existe aqui uma dificuldade que não é menor. Assumindo o autor que Aristóteles é responsável por esta interpretação, Jacoby deveria apontar outros exemplos tomados de Aristóteles ilustrando o valor de "khrestous poiein" como "fazer cidadãos". Mas Jacoby nunca o poderia fazer em virtude de Aristóteles ter uma expressão específica quando pretende referir-se à situação de outorgar a cidadania a alguém: essa expressão é "politias poiein" (ver Pol. 1275 a 6, 1303 b 1, 1319 b 8). A única via para o estudo do contexto político de "khrestos" é o seu antónimo "akhrestos" patente numa inscrição de Deros que pode ser datada c.600 a.C.. Perante esta situação, dever-se-ia explorar a evidência do uso de "akhrestos" em Aristóteles. Esta evidência existe e é a lição "akhrestos" registada por todos os códices de Plutarco (Mor. 277 C) donde o fragmento de Aristóteles nos é transmitido. Estamos perante um problema de transmissão textual e de interpretação de uma informação de Aristóteles acerca de um acontecimento capital da história da Grécia. Voltando à questão hermenéutica inicial de como uma tradução literal não satisfaz o contexto político e social que nos é transmitido pelo fragmento de Aristóteles, qual será a explicação possível do emprego da expressão "khrestous poiein"? Uma explicação plausível e válida reside no estudo aprofundado da leitura "akhrestos" (registada como *omnes codices*) com as suas óbvias implicações textuais, históricas e políticas na esteira de um novo texto de Aristóteles. □